REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 1. Número 1. Janeiro a junho de 2017.

DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DA BAHIA E OS NEXOS COM A ABORDAGEM TERRITORIAL

Roberto da Cruz Melo
Pedagogo, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2012), Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).
E-mail: rcruzmelo@hotmail.com

Rosemary Lopes Soares da Silva
Pedagoga, Mestre em Políticas Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pelo Programa em Politicas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2014)
Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC-BA.
E-mail: roselsoares@yahoo.com.br

ARTIGO

Recebido: 14 de março de 2017 Aceito em 11 de junho de 2017

RESUMO: Entender o território, seja pela vicissitude conceitual ou prática, recai exatamente na capacidade de compreendê-lo como totalidade, como construção "categorizada" de apreensão dos processos espaciais – a dinâmica de produção e reprodução do espaço a partir dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais – ou como os processos em seu sentido vivido, a prática em sua capacidade criativa, conflitiva e concreta. Esse artigo faz uma breve abordagem acerca do Território a partir das dimensões geográfica, econômica e política. A centralidade da abordagem está na discussão contemporânea sobre território como categoria de diálogo interdisciplinar para a compreensão dos nexos entre o direito à Educação Profissional no Estado da Bahia e a efetiva oferta de vagas no Estado. Portanto, objetiva-se nesse trabalho, verificar como essa abordagem norteia a atual política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Estado da Bahia, a partir da análise histórico-dialética da política macro e suas apropriações no contexto estadual. Com isso, o trabalho baseia-se em análise documental sobre as concepções, racionalidades e intencionalidades da atual política de EPT, evidenciando os enfoques territorial e dos Arranjos Produtivos Locais (APL) no âmbito da concepção dessa política e as relações com o desenvolvimento social e econômico

Palavras Chaves: Território. Educação Profissional. Arranjos Produtivos Locais.

ABSTRACT: To understand the territory, whether by conceptual or practical variability, is required to perceive it as totality, as a "categorized" construction of apprehension of spatial

processes - the dynamics of production and reproduction of space from social, economic, political and cultural effects - or as processes in their lived sense, the practice in their creative, conflicting and concrete capacity. This study makes a brief approach regarding the Territory from geographic, economic and political dimensions. The center of the approach lies in the contemporary discussion of territory as a category of interdisciplinary dialogue for the understanding of the links between the right to Professional Education in the State of Bahia and the effective offer of vacancies in the State. Therefore, this paper aims to verify how this approach guides the current policy of Professional and Technological Education (TPE) in the State of Bahia, based on the historical-dialectical analysis of macro policy and its appropriations in the state context. The work is based on a documentary analysis of the conceptions, rationalities and intentions of the current TPE policy, highlighting the territorial approaches and the Local Productive Arrangements (LPA) in the context of the conception of this policy and the relations with social and economic development.

Keywords: Territory. Professional education. Local Productive Arrangements**.**

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo abordar o território como categoria de análise para discussão sobre o planejamento educacional brasileiro, assim como dos nexos existentes nas políticas públicas em educação profissional, de modo geral, sobre o desenvolvimento territorial e as formulações sobre arranjos produtivos locais, como os elementos que tencionam as políticas públicas e sua produção da espacialidade no Estado da Bahia, especificamente.

Apresentaremos nossa análise a partir dos estudos sobre a macroeconomia realizados por Martins (2011), publicados no seu livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, onde o autor situa o momento atual do capitalismo mundial nos países centrais e o papel que as políticas de ciência e tecnologia ou industriais cumpriam nos países centrais e nos países dependentes na reestruturação mundial do capitalismo. Analisa que, em consideração ao caso brasileiro, a reestruturação na América Latina, sob o signo do neoliberalismo, deslocava, em grande parte, os investimentos em ciência e tecnologia dos setores de maior valor agregado e dedicados ao mercado interno, como bens de capital, para os de menor valor agregado e articulação internacional

Essa inversão interna no investimento tecnológico está relacionada com os oligopólios globais, que defendem um enfoque favorável à abertura dos mercados, buscando, na força de trabalho superexplorada do terceiro mundo, um elemento capaz de pressionar para baixo os salários do país. As empresas globais aproveitam essas condições para criar uma nova divisão internacional do trabalho, que é sensivelmente diferente de outras estabelecidas anteriormente, pois, por meio dela, se utiliza a força de trabalho da

periferia para exportar produtos que competem com a parte importante da especialização produtiva nos países centrais.

Nesse sentido, nosso trabalho encontra-se organizado de forma a debater, na primeira seção, o conceito de território como resultado das relações sociais e de produção no sistema capitalista, dos sentidos de território como "espaço do cidadão", presente em Milton Santos (2014) e de "território usado", em Milton Santos (2006) e Raffestin (1993), bem como, "a produção capitalista do espaço" em Harvey (2005). Analisaremos, ainda, como essas concepções poderão ou não romper com a dicotomia instalada no uso do termo território, na ação e formulação das políticas públicas em educação profissional e desenvolvimento territorial.

Em seguida, abordaremos como a verticalização da política de expansão da educação profissional, em escala nacional e estadual, refletem nas políticas setoriais de desenvolvimento do território, assumida no interior do Planejamento do Estado da Bahia, bem como a tentativa de difícil conciliação e articulação com as políticas de Arranjos Produtivos Locais, capitaneadas pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM/BA)[1].

Metodologicamente, a pesquisa parte da análise de conteúdo dos documentos do Planejamento Educacional Brasileiro: Plano Nacional de Educação 2000-2010/2014-2024; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Marco legal da Educação Profissional Tecnológica no período de 2002 a 2007. Assim como dos microdados do Anuário da Educação Profissional da Bahia (2012), produzidos pela Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). Consta ainda como referencial analítico dos dados produzidos, os trabalhos sobre referenciamento territorial de políticas sociais[2].

O TERRITÓRIO: SUPERANDO A DICOTOMIA TEORIA E PRÁTICA?

O Território, como afirma Ribeiro (2009), em toda a sua polissemia, aparece hoje como um desses conceitos que, às vezes muito amplos, às vezes mais estritos, abarcam processos sócio-espaciais que, dependendo da "escola", podem ser apreendidos sob outras

[1] No Estado da Bahia, o fomento e o desenvolvimento das políticas setoriais de desenvolvimento do território, no interior do Planejamento do Estado da Bahia, e a articulação com as políticas de Arranjos Produtivos Locais foram assumidas pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM/BA

[2] Ver o trabalho de ALGEBAILE, Eveline; SILVA, Gustavo Leite. FAGUNDES, Tarsílio. Referenciamento territorial das políticas sociais e reconfiguração do sistema educativo no Brasil. XIII Colóquio de Geocrítica: el control del espcio y los espaço del control. Barcelona, 04-10 de maio de 2014. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/>.

nomenclaturas. Território, sem dúvida, é um conceito político tanto em seu sentido mais acadêmico (enquanto categoria analítica) como num sentido mais prático (caráter instrumental/planejamento).

Raffestin (1993), geógrafo francês, concebe o território, numa perspectiva marxista, como produto dos atores sociais, Estado e organizações. Por ser resultado dessas relações de poder em diferentes escalas, o território é composto por malhas, nós e redes, o que o referido autor chama de sistema territorial, isto é, o conjunto de práticas espaciais – econômicas, políticas e culturais. Os interesses e intencionalidades desses atores territoriais evidenciam as contradições e/ou complementaridades da ordem hegemônica e hegemonizada, como diria Milton Santos.

Cada ator atribui sentido diferenciado ao território, à medida que seu uso tem intencionalidades distintas. Portanto, enquanto os atores hegemônicos, na concepção de Milton Santos, veem o território como recurso econômico de realização e reprodução do capital; os atores hegemonizados buscam a construção de estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. Dessa forma, o próprio conceito de "território usado" associa-se a concepção de espaço geográfico como "[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá." (SANTOS, M., 2006, p. 63).

Nesse sentido, o jogo multidimensional e a riqueza conceitual e prática que podem ser atribuídos ao território, na concepção de Santos, referem-se ao que ele considerou como "território usado".

> O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (p. 3). O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade de seu uso. (p. 12). (SANTOS, M., *apud* HAESBAERT 2004, p. 59).

O desafio imposto ao esforço analítico de entender o território, seja pela vicissitude conceitual ou prática, recai exatamente na capacidade de compreendê-lo como totalidade, como construção "categorizada" de apreensão dos processos espaciais (a dinâmica de produção e reprodução do espaço a partir dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais), ou como os processos em seu sentido vivido, a prática em sua capacidade criativa, conflitiva e concreta.

A dicotomização entre o conceitual e o prático ou instrumental tem sua força na racionalização do fazer, o científico versus o técnico ou o vivido que reflete a complexidade das lutas de poder, em suas formas e metamorfoses. A instrumentalidade da abordagem, ou perspectiva territorial, conduz a perda do sentido conceitual do território, ficando este restrito ao aspecto de intervenção ou planejamento com vistas ao desenvolvimento[3]. Como acontece geralmente com o conceito de região.

No entanto, considera-se, em nosso trabalho, também a capacidade analítica do enfoque territorial uma vez que o território é assumido como resultado das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, estabelecendo-se, com isso, uma teia de relações de poder dialeticamente verticalizadas e horizontalizadas, o que expressa as racionalidades e intencionalidades dos sujeitos envolvidos no processo histórico de constituição e reconstituição do território.

Santos (2014, p. 18) nos explica que o componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e, de outro lado, uma adequada gestão do território, em que a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada.

É relevante, ainda, a observação de Schneider e Tartaruga (2004, p. 13), ao considerarem que:

> O enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais.

Isso é fundamental no atual contexto histórico, pois a complexidade das dinâmicas sócio-econômicas aponta para a importância da dimensão local de emancipação. Assim, no nível das políticas públicas, a gestão territorial do desenvolvimento passa a ser o foco dos governos.

Mas o que esse conceito de território aporta? Quais as suas especificidades e particularidades? O que o torna funcional ao processo de expansão capitalista? Como o território representaria uma porta para a compreensão de diversas dinâmicas socioculturais

[3] Entendemos a perda de sentido conceitual do território em relação a instrumentalidade do território a partir da análise de Santos (2014), no sentido de que o conceitual refere-se a adequada gestão do território, na qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada a todos os cidadãos.

e a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre diferentes saberes e o exercício da interdisciplinaridade? (HAESBAERT, 2009). Numa perspectiva crítica, o território é visto como um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, apesar de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade, enfim, a diferença entre "nós" e os "outros". Territórios são relações sociais projetadas no espaço, uma rede de relações sociais e produtivas capazes de produzirem singularidades (SOUZA, 1995). Milton Santos incorpora o conceito sócio-espacial derivado do conceito de formação socioeconômica.

Para Harvey (2005, p. 140), muitas teorias do imperialismo afirmam que a sobrevivência do capitalismo no século XX foi assegurada, apenas, pela transformação das relações espaciais e pela ascensão de estruturas geográficas especificas, como centro e periferia, Primeiro e Terceiros Mundos. O autor ainda nos provoca com a seguinte questão: será que há um "ajuste espacial" para as contradições internas do capitalismo? Ele, então responde afirmando que:

> Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes. [...] as implicações das dramáticas transformações ocorridas na geografia da produção, do consumo e da troca por toda a história do capitalismo são, em si mesmas, merecedora de estudo. (HARVEY, 2005, p. 141).

Ainda segundo Harvey (2005, p. 141), a visão política e a teoria de Marx ficaram abaladas pela falta de elaboração de uma dimensão sistemática e especificamente geográfica e espacial.

Destacamos, nesse trabalho, a relevância dos estudos de Theotonio dos Santos (2004), acerca das alterações que o sistema capitalista, como ideologia, dominante vem implantando no mundo com a revolução científico-tecnológica, em marcha desde 1940, há o rompimento definitivo e radical dos limites do crescimento econômico e do desenvolvimento da humanidade.

O autor nos apresenta, ainda como a doutrina neoliberal se impôs no mundo contemporâneo e como as políticas econômicas, dela derivadas, produziram terríveis desequilíbrios na economia mundial, conduzindo a um mal-estar generalizado na contemporaneidade (SANTOS, T., 2004, p. 6). Ele conclui afirmando que existem vastos interesses que reivindicam a manutenção dessa politica, qualificada por ele como a "política do desastre".

Theotonio Santos (2004) discute acerca do capitalismo de Estado que procura assegurar a expansão e a acumulação do modo capitalista de produção como modelo

econômico do Sistema Mundo, uma vez que o Estado se torna responsável por parcelas cada vez maiores de custos infraestruturais fixos e imobilizados a serviço do capital. Dialogamos com o autor e incluímos, novamente, o pensamento de Harvey (2005) no debate, pois consideramos que os dois teóricos defendem argumentos semelhantes sobre o papel central do Estado no modo atual de acumulação capitalista. Nesse sentido, afirmam que a mobilidade geográfica do capital exige sistemas de comunicações bem organizados, mas, no mínimo, o amparo seguro do sistema de crédito pelas instituições públicas, financeiras e jurídicas. Enfim, a territorialidade da moeda e a importância do poder do Estado para garantir a qualidade da moeda em seu território (HARVEY, 2005, p. 146).

Martins (2011) também busca identificar as tendências seculares e os ciclos a fim de situar o espaço histórico da atual etapa do capitalismo e do sistema mundial em que vivemos. O autor defende que a globalização é uma força revolucionária e, como tal, destrói e constrói. Entretanto, destruição e construção são processos relativamente autônomos e estabelecem uma dialética de desdobramentos imprevistos, na qual um dos polos pode prevalecer e condicionar o outro. Martins (2011) afirma também que, no momento em que estamos, a globalização não encontrou ainda sua estrutura institucional e societária criadora. Os períodos de crise sistêmica são épocas de bifurcações históricas, portanto, a sua tese é a de que caminhamos nos próximos dez a quarenta anos para uma bifurcação totalmente nova, em relação às que se estabeleceram no moderno sistema mundial.

Para discutir as relações entre dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial, o autor utiliza a análise empírica e as principais teses formuladas pelo pensamento latino-americano. Avalia o papel do capital estrangeiro nesse processo, a persistência do subdesenvolvimento e da pobreza, os efeitos do neoliberalismo sobre a base econômica e social e os caminhos da elevação da renda e do bem estar dos latino-americanos.

Em seus estudos, Martins (2011) descreve que a teoria da dependência vê na globalização uma força revolucionária que se expande dentro do sistema capitalista, a partir de um certo momento, ligado a revolução científico-técnica. A revolução científico-técnica faz da subjetividade a principal força produtiva – por meio da ciência – e torna possível a gestão global do mundo. A teoria da dependência, vinculada a um enfoque marxista, tem entre seus principais autores Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Theotônio dos Santos incorpora e desenvolve o enfoque tcheco de Radovan Richta, que procura mostrar como a revolução industrial estava sendo superada pela revolução científico-técnica que impunha o princípio da automação e inicia um amplo processo de liquidação dos empregos

industriais. Criava-se, então, possibilidades amplas para a humanidade, mas as relações sociais que regiam a economia mundial não estavam ainda à altura delas.

Em trechos do seu livro, Martins (2011) afirma que a integração da economia mundial se intensifica e, com ela, o choque entre forças sociais, políticas e ideológicas, provocando resultados inesperados. Captar o movimento da crescente articulação entre o global e as particularidades regionais, nacionais e locais é um dos maiores desafios das ciências sociais contemporâneas. Emerge com a força da vida, mesmo ao olhar menos atento, um mundo paradoxal: decadente e intenso, apático e vital, ordenado e caótico, privado e público, violento e pacífico, de ódios e esperanças, de indiferenças e memória, de anonimatos e identidades. Mapear suas forças dinâmicas e as encruzilhadas que se apresentam permite não apenas a compreensão de uma realidade de aparente sem sentido, mas iluminar a intervenção social e política para tornar possível imprimir na realidade o selo de nossos desejos.

O elo condutor dessas abordagens está situado na concepção do território como categoria de diálogo interdisciplinar, a partir das discussões geográfica, política e econômica, para o debate sobre os desafios das sociedades contemporâneas e a necessidade de se integrarem saberes distintos na compreensão das políticas públicas educacionais de modo geral e sobre a educação profissional, de modo particular.

Os estudos de Melo (2015) nos apresentam que, no Brasil, a região Nordeste tem se caracterizado, nos últimos anos, como contexto de uma incursão do Estado, via políticas públicas, para a interiorização de suas ações. Especificamente o Estado da Bahia, por meio do Decreto 12.354/2010, que institui o Programa de Território de Identidade na Bahia, e a Lei 20.974/2014 que dispõe sobre as diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, com a implantação de políticas públicas sobre o viés da territorialização, observam-se as alterações substanciais nas formas de intervenções do Estado na política de desenvolvimento territorial, assim como na emergência de institucionalidades produzidas por essa organização territorial.

O autor considera que essa mudança de atuação do Estado, no caso brasileiro, buscando o fortalecimento de políticas públicas de natureza mais equânime, em certa medida, remete a Constituição de 1988, que estabelece as formas de atendimento dos direitos sociais a partir do princípio da subsidiariedade incorporada na estrutura dos entes federados da nação (União, Estados, Município e Distrito Federal). A subsidiariedade, como nova racionalidade das estruturas de Estado, traz para o conjunto de sua organização os fundamentos da descentralização e desconcentração das políticas públicas.

Por fim, discutiremos nesse trabalho, a problemática da educação – direito do cidadão garantido pela Constitucão de 1988, dever do Estado e da família –, que tem sido alvo de debates e de lutas dos setores populares em virtude da insistente negação do direito à educação escolar. Especialmente para as populações camponesas, que vem sendo alijadas do acesso à educação de qualidade e socialmente referenciada nos interesses e nas múltiplas realidades e culturas que configuram o campo brasileiro, ao mesmo tempo em que assistimos a supervalorização da educação urbana, em especial a educação profissional.

Refletiremos sobre o conceito de identidade e território nos documentos das políticas de educação, tendo, como pressuposto, o desenvolvimento local sustentável e a qualidade de vida a partir da garantia dos direitos humanos e a cidadania, debatendo sobre a educação urbana e a educação do campo que, na atualidade, faz enfrentamentos ao modelo econômico vigente, cujas bases ainda buscam o desenraizamento cultural, fragilizando a identidade campesina.

Nesse sentido, a análise das bases legais da educação profissional no Brasil, a partir do Decreto nº 5.154/04 e a Lei nº 11.195/05, representaram o desenlace legal para o fomento da educação profissional e tecnológica, cujo aspecto crucial, e aqui concebido como estratégico na política, estava na própria criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. A análise dessas atuais políticas públicas estão orientadas, também, pelo exame do Estado brasileiro, de modo geral, e do estado da Bahia em particular.

Portanto, nesse trabalho, temos de considerar também que a reforma Gerencialista do Estado brasileiro, nos anos 1990, com maximização da participação social e o viés da responsabilização do cidadão sobre as políticas pública, nos leva ao que anunciava Coutinho (2006) sobre as condições históricas das transformações políticas e sociais no Brasil, a "via brasileira", isto é, a organização do Estado possui especificidades próprias que conserva o "velho no novo" nos processos de transformação de suas estruturas, provocando alterações a partir das bases tecnocratas e de um centralismo de decisões associados a frações modernas e atrasadas da classe dominante.

O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NA BAHIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O extenso território baiano (567.295 Km²) está dividido em 27 territórios de identidade. Segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia, "[...] território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por

critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial." (SEPLAN, 2012).

Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento. Os chamados territórios de identidade têm uma escala média de análise e/ou concepção, comparados às antigas regiões administrativas, mas, em termos práticos, sua dinâmica é e deve ser compreendida na relação intra (local – "regional") e inter – territorial.

Atualmente, a Bahia é o estado do Nordeste com a maior rede de educação profissional técnica de nível médio. Segundo Dieese (2012), em 2007, a Bahia concentrava 91 das 371 escolas técnicas do Nordeste. Em 2010, das 671 existentes no Nordeste, 201 estavam na Bahia. No geral, destaca-se a revitalização, o fortalecimento e a expansão da rede estadual, uma vez que das 42 escolas existentes em 2007, passou para 146 em 2010 (DIEESE, 2012).

O alinhamento das políticas do governo estadual com o movimento das políticas públicas postas em curso a nível federal, desde 2006, evidencia o entendimento de forma mais substancial da relação entre educação e desenvolvimento, perpassando pela formação profissional dos cidadãos, enquanto sujeitos de direito, no contexto das dinâmicas produtivas dos territórios.

Os esforços expressos na política colocada em curso, de fato, demonstravam e demonstram toda a tentativa de pensar a educação profissional e a política territorial no bojo da clara necessidade concreta de articulação, pelo Estado, das políticas, programas e ações de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões (ambiental, de geração de emprego e renda, social etc.).

Para alcançar tais objetivos, a política do governo, a partir de 2006, procurou orientar-se no sentido de acompanhar a tendência nacional: priorizar, fomentar e interiorizar a oferta de educação profissional. A antiga expressividade da rede estadual de educação profissional, principalmente representada pelas antigas escolas agrotécnicas estaduais, foi sucumbida ao longo da década de 1990 pelas políticas neoliberais dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

No sentido de por em movimento uma política "robusta" de educação profissional, com forte participação de investimento estatal na oferta pública de formação técnica/profissional, o Estado criou 32 Centros Territoriais de Educação Profissional, 34 Centros Estaduais de Educação Profissional e 20 anexos nos Centros, além da cobertura da oferta de cursos para outras unidades de ensino. Com isso, a expansão da oferta também representou um processo de interiorização; dos 23 municípios, em 2007, com oferta de educação profissional, passou para 119 municípios[4], abrangendo todos os 27 Territórios de Identidade.

É importante destacar que essa dinâmica de articulação de políticas também contou com o movimento engendrado, quase no mesmo período, de fomento e apoio por meio da identificação e investimentos nos chamados arranjos produtivos locais no Estado da Bahia.

Considera-se o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL) como sendo

> [...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 27)

O conceito de APL, apesar de estar em construção, atualmente é muito utilizado com o objetivo de direcionar as políticas de fomento.

De forma específica, o foco nos APL da Bahia deu-se, segundo Silva e Ortega (2014), a partir de 2003, sob influência também de articulações do governo estadual com organismos internacionais, principalmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse período, institucionalizou-se a chamada Rede de Apoio às APL, tutelada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI/BA), cujo foco estava centrado no aumento da competitividade das APL mais estruturadas.

Prova disso que, das 66 APL identificadas no estado da Bahia, apenas "[...] 18 foram escolhidos para participar das políticas de apoio a aglomerados produtivos [...]", das quais se configurou inicialmente oito: transformação plástica (Região Metropolitana de Salvador), confecções (Salvador), rochas ornamentais (Ourolândia e Jacobina), sisal (Valente), ferramentas (Região Metropolitana de Salvador), flores/floricultura

[4] Dados da SEC / Superintendência de Educação Profissional - SUPROF – Bahia, 2013.

(Maracás), derivados de cana-de-açúcar (Abaíra) e cerâmica/oleira (Alagoinhas) (REDESIST, 2010, p. 8 apud SILVA; ORTEGA, 2014, p. 220).

No interior da Bahia, o desafio é estabelecer uma articulação entre a oferta de formação e um projeto minimamente dialogado de desenvolvimento que, de certa forma, tencione a superação das velhas estruturas reprodutoras das desigualdades. Consideramos que o interior do nordeste, onde se situam aqueles municípios da Bahia, historicamente, foi alvo das oligarquias locais que definiam, o "que", o "como", "onde", "para que" e "para quem" seriam destinadas as políticas publicas das quais essas mesmas oligarquias – do açúcar e do latifúndio –, patrimonialistas por excelência, que participavam ativamente da política local, então deliberam sobre o planejamento e a execução. Conforme os estudos de Celso Furtado, a partir do final da década de 1950 até 1962, quando esteve à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[5], durante os governos de Juscelino Kubitschek e Jõao Goulart, à época o foco principal da SUDENE era desmontar a estrutura fundiária no Nordeste, afinal, o latifúndio oprimia os camponeses que se viam obrigados a sobreviver numa região muito seca – o semiárido.

Nesse sentido, consideramos que o diálogo com os atores territoriais, o entendimento dos processos sociais e econômicos, dos jogos de poderes e de influência territorial são determinantes para se ter clareza sobre qual projeto social se está colocando ou recolocando em curso. Por isso, a ênfase aqui atribuída às questões que permeiam a agricultura familiar (um projeto alternativo de produção, a necessidade de inserção econômica, as formas de acesso às políticas públicas atuais de fomento desse "setor" etc.).

Contudo, também não se pode esquecer que, em muitos casos, as propostas formativas têm como concepção uma visão mais integrada do rural e do urbano, o que não deve ser entendido como superioridade ou privilégio de um em detrimento do outro, mas demonstra uma visão atenta das particularidades e reciprocidades inerentes a cada contexto espacial (campo ou cidade), cuja perspectiva deve ser fortalecer aquilo que é particular e fundamental para o estreitamento das articulações socioeconômicas e espaciais, das dinâmicas de reciprocidade e complementaridade, a exemplo da análise traçada acima em torno da produção agrícola, da gestão, do beneficiamento, entre outras questões.

[5] Sobre a SUDENE e a contribuição de Celso Furtado, tomamos como referência o documentário *O longo amanhecer* que ressalta o legado dele para combater as velhas oligarquias nordestinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises produzidas nesse estudo apontam que a política de expansão da educação profissional da Bahia, tendo os territórios de identidade como unidade de planejamento para sua expansão, indicam uma verticalização dos enunciados postos no Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como principal vetor, para a política pública de educação profissional, a organização e a expansão da rede federal por meio dos Institutos Federais de Educação Tecnológicos (IFET), consolidando, dessa forma, tanto no âmbito da Rede Federal de Ensino como na Rede Estadual, os nexos da educação profissional como política de desenvolvimento territorial e arranjos produtivos locais.

O fortalecimento desses nexos, no contexto baiano, tende a ser contraditório, uma vez que a política de consolidação de redes dos arranjos produtivos locais, administrada pela Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia (SICM/BA), apresenta-se com características próprias da focalização de políticas. Tendo, desse modo, o Estado se comportando como indutor de desigualdades, ao eleger princípios de concorrência entre os setores, em oposição as intencionalidades que caracterizam as políticas de desenvolvimento de planejamento territorial de uma cadeia de produção articulada e sustentável afim de superar os desequilíbrios reproduzidos pelas políticas de desenvolvimento econômico e social.

Sobre a indução de desigualdades e as contradições da política de APL, destacamos os recentes resultados dos estudos realizados por Silva e Ortega (2014), especificamente em "Arranjo Produtivo Local (APL): a experiência no território do sisal na Bahia", onde os autores concluem os estudos afirmando que a visão de que o "local pode tudo" não se confirma no APL do Sisal. Assim sendo, a *euforia* em torno da constituição do APL do Sisal revela, pelo menos, a ausência de mediações entre o local e o global. A compreensão de que a escala territorial está subordinada à acumulação mundial. A cultura do sisal, apesar de adicionar valor ao PIB territorial, e empregar um grande contingente de trabalhadores (rurais e urbanos), não depende exclusivamente das variáveis locais, mas, também, das variações macroeconômicas, em escala nacional e/ou internacional.

Reportamo-nos, também, nessa conclusão, a Harvey (2005, p. 151), sobre a questão da formação das alianças regionais de classes e a instabilidade resultante do modo de produção capitalista, destacando que a dinâmica do capitalismo, a sua "dialética interna", tende ao desequilíbrio e, portanto, a desunir as alianças que fomentou inicialmente, pois é

inerente ao capitalismo que, sob condições de crises, as tensões podem resultar em se tornarem espacialmente violentas.

Por outro lado, o fortalecimento dos nexos da educação profissional como política de desenvolvimento territorial e arranjos produtivos locais, provocam a emergência de demandas que atendam as especificidades por formação e qualificação profissional, de modo geral, dos sujeitos que demandam e estão envolvidos com a essa modalidade de educação. Isso para que tenham a oportunidade de discutir e que compreendam os nexos e as relações existentes entre o Estado, a sociedade, o trabalho e a educação, em especial, a educação profissional, dos setores associados à agricultura familiar, ela que, na atualidade, sinaliza para uma mudança da dinâmica de escolarização dos trabalhadores do campo, próprios da complexidade dos saberes requeridos para sua atividade laboral, que nem sempre é vista pelos formuladores das políticas como necessária para superação da dicotomia rural versus urbano.

Nos reportando mais uma vez a Harvey (2005, p. 128) para situar a problemática da educação profissional como política de desenvolvimento territorial e arranjos produtivos locais, considerando que não podemos desprezar as consequências geopolíticas da existência sob o modo capitalista de produção. Sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, alem dos sistemas ambientais não-naturais, urbano e de transportes, para mencionar algumas das organizações, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente.

Milton Santos (2014, p. 57), sobre a educação, de modo geral, e a educação profissional, particularmente, afirma que não devem ser simplificadoras das realidades do mundo, subordinadas à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso. Ele ensina um humanismo sem coragem, mais destinado a ser um corpo de doutrina, independente do mundo real que nos cerca, condenado a ser um humanismo saliente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem, quando o humanismo verdadeiro tem de ser constantemente renovado, para não ser conformista e poder dar respostas às aspirações efetivas da sociedade, necessárias ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele, então, se ponha à altura do seu tempo histórico.

Finalizamos com o materialismo histórico que coloca o homem como sujeito, na centralidade, da história objetiva, ao contrário do estruturalismo que coloca na centralidade as instituições, as estruturas e faz o desaparecimento do homem. Nesse sentido, do homem

como centro, o materialismo histórico coloca nas mãos dos homens as transformações que são produzidas no mundo material, assim, como sujeito da transformação, o homem e a práxis[6] humana objetiva.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria Angélica. A noção de empregabilidade nas políticas de qualificação e educação profissional no Brasil nos anos 1990. **Revista Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, set. 2005.

ALGEBAILE, Eveline; SILVA, Gustavo Leite. FAGUNDES, Tarsílio. Referenciamento territorial das políticas sociais e reconfiguração do sistema educativo no Brasil. **XIII Colóquio de Geocrítica: el control del espcio y los espaço del control**. Barcelona, 04-10 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/>. Acesso em:

BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à Produção Flexível**: A produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. 2005.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; MACIEL, M. (Org.) **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, Instituto de economia, 2003.

CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. **Desenvolvimento Territorial**: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008..

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**.São Paulo: Annablume, 2005.

DESENVOLVIMENTO. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UNB, 2010.

[6] No âmbito da filosofia marxista, o conceito de práxis passa por processos de desconstrução e reconstrução, tendo como referência as teses do filósofo Feuerbach, com as quais Marx estabelece uma interlocução. Marx concebe a práxis como atividade humana prático-crítica, que nasce da relação entre o homem e a natureza. A natureza só adquire sentido para o homem à medida que é modificada por ele, para servir aos fins associados à satisfação das necessidades do gênero humano.

JUNIOR, H. de M. F. et al. Arranjo Produtivo Local e Política Pública na Bahia. VI Encontro de Economia Baiana. **Anais**, Set. 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, P. T. L. A formação do Estado Regulador. **Revista Novos Estudos**, 76, nov. 2006.

MELO, Roberto da Cruz. **Das múltiplas escalas político-administrativas aos territórios de identidade como unidade de planejamento das políticas públicas do estado da Bahia/Brasil**. Salvador, 2015. No prelo.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDESIST. Estudo: Elaboração de tipologias de APLs e seus graus de estruturação e seus graus de estruturação. IE/UFRJ -Universidade Federal do Rio de Janeiro e UFF - Universidade Federal Fluminense. Reunião Plenária Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP-AP, Brasília, agosto de 2010. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/menu/itens_menu/gtp_apl/reunioes/links/ESTU DO_REDESIST.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2015.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Teotônio. **Do terror a esperança**: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2004.

SAVIANI, Demerval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Felipe Prado Macedo da; ORTEGA, Antonio César. Arranjo Produtivo Local (Apl): A Experiência no Território do Sisal na Bahia. X ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA. Set. 2014. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/er/arranjo_produtivo.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2017.